

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

# Luta pelo fim de perdão a militares

**Vítimas do regime no Estado defendem que Lei da Anistia passe por revisão e carrascos e mentores da ditadura recebam punição**

Duilo Victor

A manhã faz 50 anos que o presidente João Goulart foi deposto por uma junta militar e, agora, vítimas do regime no Estado querem o fim do perdão concedido por lei a torturadores, carrascos e mentores da ditadura.

A Lei da Anistia, de 1979, foi a forma encontrada na época para reconciliar o País, dando perdão tanto a crimes cometidos por militares quanto por guerrilheiros que atuavam na clandestinidade.

“Não foi um acordo democrático, foi uma certa imposição. Ou se fazia isso (a anistia), ou continuariam matando e torturando. A revisão desta lei é muito importante. Não resolve tudo, mas não se pode conviver com uma farsa”, defende Orlando Bomfim Neto, filho de Orlando Bomfim Junior, preso pelos militares em 1975 e desaparecido. Neto reuniu em um dossiê informações sobre a atuação do pai.

Bomfim Junior era jornalista e integrante da cúpula do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi dado como ilegal pelo regime golpista. Escrevia duros artigos contra a ditadura. Segundo uma versão jamais confirmada, o pai do

hoje morador da Serra foi morto com uma injeção letal.

A revisão que Bomfim Neto pede na Lei de Anistia é uma hipótese levantada por vítimas do regime e juristas, corrente chamada de Justiça de Transição.

Na versão de quem defende a ideia, crimes como sequestro e ocultação de cadáver são permanentes, ou seja, não acabam enquanto o corpo não é encontrado. E por continuar até hoje, o culpado pelo desaparecimento de Bomfim Junior não estaria coberto pela Lei de Anistia, que só valeu para o que ocorreu até 1979.

“Sou a favor da revisão. A anistia foi dada em um momento em que o regime militar ainda era forte. Temos de nos livrar desse trauma. Outro dia um declarou que arrancava dedos e dentes. Não tem respeito pela vida humana”, opina Iran Caetano, capixaba que foi recrutador de homens para a guerrilha armada e ficou um ano preso e outros cinco foragido durante o regime militar.

Perly Cipriano, atual subsecretário de Estado de Direitos Huma-

nos e preso por 10 anos durante a ditadura, acrescenta:

“A anistia é para vítima de crimes e não para torturadores. Há seis comissões da verdade no Estado para investigar os crimes do regime militar. Essas frentes criarão massa crítica para ajudar a Justiça de Transição.”

**ORLANDO BOMFIM**  
reuniu informações  
sobre o pai em dossiê



## NÚMEROS

Durante o regime militar  
houve no País:

**500 MIL**  
investigados

**200 MIL**  
detidos

**10 MIL**  
torturados

**400**  
mortos

**143**  
desaparecidos

Fonte: Fórum Direito à  
Memória e à Verdade do Estado

“Não foi um acordo democrático, foi uma certa imposição. Ou se fazia isso (a anistia), ou continuariam matando e torturando.”

ORLANDO BOMFIM NETO, filho  
de Orlando Bomfim Junior

## JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

### Reabrir casos e apontar culpados

► **O CONCEITO** de Justiça de Transição ocorre em países que passaram por um regime autoritário e querem, já na democracia, reabrir casos e apontar possíveis culpados.

► **FOI ASSIM** no Chile e na Argentina, por exemplo, onde ex-ditadores foram presos por crimes cometidos durante suas ditaduras.

► **NO BRASIL**, no entanto, há dois obstáculos para vítimas que querem punição para antigos carrascos.

► **UM É A LEI** de Anistia, de 1979, que perdoou tanto crimes cometidos por militares quanto por esquerdistas.

► **OUTRA** é a falta de previsão expressa na lei de que crimes contra a humanidade, como a tortura, não prescrevem.

### Dossiê sobre Lula no Estado

Nos últimos anos do regime militar, o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no Estado produziu um dossiê com 168 documentos sobre as visitas do então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva em terras capixabas.

Fotos, recortes de reportagens, relatórios e algumas fotografias feitas por agentes do Dops estão hoje reunidas no Arquivo Público do Estado.

“A presença de Lula no Espírito Santo tinha como principal função fortalecer esse movimento sindical mais combativo, o Novo Sindicalismo no ES, e contribuir com a formação do PT”, descreve José



REPRODUÇÃO: ARQUIVO DOPS

Carlos Rocha Junior, mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

### Militante capixaba vigiado

Na classificação do historiador Pedro Ernesto Fagundes, da Ufes, o atual subsecretário de Direitos Humanos do Estado, Perly Cipriano, foi um dos militantes de esquerda no Espírito Santo mais vigiados e fichados por órgãos de investigação do Regime Militar.

De acordo com o próprio Perly, que teve acesso aos dados dos arquivos militares com base da Lei de Acesso à Informação, ele teve 17 anos de sua vida catalogados por oficiais da época.

“Há um relatório em que registraram, inclusive, a votação que tive em uma eleição interna para presidente do PT no Estado”.

Perly Cipriano se engajou no PCB em 1960. Em 1967, já no PCdoB, teve de se exilar na antiga União Soviética e, ao retornar em 1970, foi preso e torturado por 10 anos. Ao sair, em 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.

#### COMISSÕES

Em busca de novas versões para crimes cometidos durante a ditadura, Perly destaca que há, neste momento no Estado, seis frentes de investigação independentes. Além da Comissão Estadual da Verdade, há outras comissões da

Verdade na Assembleia Legislativa, uma na Universidade Federal Fluminense, do Sindicato dos Jornalistas do Estado, do Ministério Público e, por fim, da Escola da Magistratura do Estado.

A expectativa do subsecretário é que os primeiros relatórios das comissões comecem a surgir a partir do final do ano, quando é esperada a conclusão da comissão nacional. Mas ele estima que é quase certo que algumas investigações precisem prorrogar o prazo em busca de mais testemunhas e documentos.



### Quem foi Orlando Bomfim Junior?

Advogado e jornalista, Orlando Bomfim Junior nasceu em Santa Teresa, na região serrana do Estado, em 1915. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1958. Editava jornais e escrevia artigos para o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando ocorreu o Golpe Militar, em 31 de março de 1964, passou a atuar na clandestinidade, assim como todo o partido. Resistiu por 10 anos, sendo procurado “vivo ou morto” por autoridades militares. Foi preso em 8 de outubro de 1975. Está desaparecido desde então. Segundo uma versão ainda não confirmada, Bomfim Junior morreu após tomar uma injeção para matar cavalos.



JULIA TERAYAMA/AT

**PERLY** foi torturado por 10 anos